

GRADUAÇÃO: DESAFIOS DA FORMAÇÃO ACADÊMICA¹

Iguatemy Maria de Lucena Martins²

INTRODUÇÃO

A qualidade da formação acadêmica na graduação e a gestão do ensino, além das práticas educativas inerentes à formação universitária, que acontecem no interior das instituições públicas, constituem a base argumentativa privilegiada das considerações aqui apresentadas.

Segundo os dados do Censo da Educação Superior, relativos ao ano de 2005, há no Brasil 4.453.156 milhões de estudantes universitários em cursos presenciais de graduação. Matricular 30% da população da faixa etária apropriada até 2011, é uma das metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação – PNE, o que significa outros 5.000.000 estudantes na graduação, sendo 40% dessas matrículas em Instituições de Ensino Superior Públicas.

A consolidação do crescimento do ensino superior revela que, ao lado do crescimento do acesso à educação superior, convivem imensos desafios relacionados à busca permanente da qualidade dos cursos de graduação, da manutenção de cursos indispensáveis ao conhecimento humano, à cultura e à arte, do redimensionamento de cursos que apresentem problemas no seu desenvolvimento, e da modernização da estrutura acadêmico-administrativa da graduação, de modo a torná-la mais ágil e mais eficaz.

¹ Conferência proferida por ocasião do 3º Seminário de Iniciação à Docência, promovido pela Pró-Reitoria de Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em 6 de outubro de 2006.

² Professora Associada da Universidade Federal da Paraíba – UFPB.

As peculiaridades das diferentes regiões brasileiras também sinalizam para a necessidade de construir, paralelamente àqueles desafios e de forma coletiva, propostas alternativas de caráter emancipatório para o ensino superior.

Surgem novas opções de formação profissional, considerando a vocação, a demanda regional e os modelos alternativos de qualificação superior. A aproximação dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação das demandas do mercado de trabalho e a preparação pedagógica do docente universitário são metas importantes para promover a qualidade do ensino superior.

Somam-se aos desafios e metas anteriormente apresentados as constantes inovações de ordem legal, introduzidas no sistema educacional brasileiro, as quais interferem no processo organizacional e pedagógico das IES e implicam mudanças significativas nos projetos pedagógicos dos cursos e da própria instituição.

Sem pretender firmar-se em um eixo puramente utilitarista e desconsiderar a necessidade de investigações aprofundadas e permanentes sobre os problemas da vida acadêmica, admite-se que, ao lado de questões mais amplas que pontuam a educação superior brasileira, a vivência e a escuta do cotidiano universitário, constituem-se oportunidades ímpares para apreender e identificar ações que carecem de reorientações com vistas a dinamizar a formação universitária.

A FORMAÇÃO ACADÊMICA

A formação universitária, igualmente à instituição Universidade, é marcada e influenciada pelos conflitos, contradições, avanços e recuos próprios da dinâmica social, o que exige prudência para não enquadrá-la no limite dos extremos: a redentora das injustiças sociais ou um instrumento que pouco tem a acrescentar no processo de transformação social. No entanto, antes, a própria contradição, as posições diferenciadas, a não neutralidade do conhecimento, a autonomia acadêmica e as múltiplas concepções que orientam a formação universitária indicam que, dialeticamente, ela pode reproduzir, mas também

reúne elementos e pessoas capazes de criar o novo, de mostrar alternativas e caminhos diferentes.

Nesse cenário, a qualidade que se deseja para a formação universitária não é algo abstrato. Ela se efetiva por meio de ações científicas, culturais e sociais que instrumentalizam a comunidade acadêmica para buscar informações, analisá-las e selecioná-las, a fim de melhor apreender, compreender e interferir na realidade.

Assim sendo, a formação universitária não pode abdicar de inserir o conhecimento e a prática técnico-científica no contexto maior dos valores humanos, de promover a cultura da não violência e a consciência ecológica, de valorizar o pluralismo cultural e o trabalho coletivo.

A ORGANIZAÇÃO DO ENSINO UNIVERSITÁRIO

O entendimento do que vem a ser qualidade na formação acadêmica reforça a necessidade de compreender o ensino como uma ação primordial da universidade, condição que impõe, para a sua implementação, a integração entre os diferentes setores que a compõem, haja vista ser este um caminho privilegiado para materializar a qualidade e a competência acadêmica.

Entretanto, colocar o ensino como protagonista da educação superior impõe que o modelo organizacional do ensino universitário garanta estrutura e mecanismos de decisão mais ágeis, capazes de conceber e executar planos estratégicos que tratem de maneira diferente o que é diferente e que sejam definidos a partir de prioridades acadêmicas.

Para isso, primeiramente é necessário reafirmar o caráter público, a importância e o papel social das universidades no contexto da sociedade brasileira. É fundamental consolidar um sistema democrático que garanta a legitimidade do poder e das decisões e, simultaneamente, crie condições para que a universidade seja, cada vez mais, gerida com eficácia, aberta à sociedade e regida por critérios acadêmicos.

No conjunto dos aspectos necessários à evolução do modelo de gestão do ensino, parece importante destacar aspectos que precisam ser refletidos e reafirmados enquanto horizonte para que

isso ocorra, a exemplo do aprimoramento da gestão democrática pautada na competência profissional e na observância de prioridades acadêmico-institucionais, na reafirmação do compromisso ético da comunidade universitária para com a própria instituição e, por extensão, com a sociedade que a mantém e na avaliação permanente dos três segmentos que compõem as instituições de ensino superior.

Um outro ponto que importa destacar refere-se à criação de mecanismos que permitam e garantam que os recursos financeiros cheguem com mais eficiência e rapidez às instâncias acadêmicas, diretamente responsáveis pela execução das atividades-fim. Essa é uma ação que se afirma como estratégica para evitar o descompasso entre a dinâmica da vida universitária e a resolução dos problemas que se apresentam no cotidiano acadêmico.

Nesse ponto é muito importante, por exemplo, o entrosamento dos responsáveis pelo planejamento e dos ordenadores de despesas com os gestores acadêmicos. Sem exageros, é preciso reafirmar a importância de dotar o ensino do melhor espaço físico, do docente mais competente, do funcionário mais eficiente, dos livros e periódicos mais atualizados, do computador e do *software* mais avançados.

PERSPECTIVAS E DESAFIOS DO ENSINO UNIVERSITÁRIO

É patente o reconhecimento de que os novos tempos exigem que se reestruturem os saberes e os conhecimentos para além das fronteiras de disciplinas. Essa visão educacional exige redimensionar e flexibilizar os currículos dos cursos de graduação para responder às mudanças sociais contemporâneas e envolver alunos e professores com o ensino, a pesquisa e a extensão, socializando o conhecimento por eles produzido.

Para que isso aconteça, importa valorizar o saber técnico-científico das diferentes áreas de conhecimento, da cultura e do contexto onde acontece o ensino, em detrimento da manutenção de currículos com elevadas cargas horárias e com rígido sistema de encadeamento de disciplinas e pré-requisitos. Essas questões

são por demais conhecidas entre aqueles que se dedicam a pensar o ensino superior.

Numa dimensão maior, é necessário que as universidades implementem políticas institucionais que valorizem a graduação por meio da presença, em sala de aula, de um corpo docente qualificado nesse nível de ensino.

Além disso, é imprescindível consolidar políticas de financiamento de projetos de melhoria pedagógica do ensino presencial, com incorporação de novas metodologias e de recursos tecnológicos atuais. Modernizar a gestão e a infraestrutura acadêmico-administrativa, ampliar o sistema de bolsas acadêmicas e incentivar a participação docente e discente em programas de intercâmbio nacional e internacional, são igualmente necessários.

Os desafios que se apresentam à consecução de uma formação universitária de qualidade incluem também a incorporação de práticas pedagógicas acadêmicas, resultantes das conquistas de diferentes grupos e segmentos organizados da sociedade, a exemplo do atendimento às pessoas com necessidades especiais, às populações indígenas, entre outras.

De acordo com o Plano Nacional de Graduação, elaborado pelo Fórum de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras – FORGRAD, no que concerne à graduação,

[...] a liberdade acadêmica e a autonomia se traduzem concretamente na possibilidade de apresentar soluções próprias para os problemas da educação superior e não reproduzir fórmulas predeterminadas. Essas soluções passam, necessariamente, por experimentar novas opções de cursos e currículos, ao mesmo tempo que alternativas didáticas e pedagógicas são implementadas. (2004, p. 221).

Um outro ponto importante, nesse contexto, é a necessidade de um maior entrosamento entre as instituições formadoras e conselhos profissionais, na busca de minimizar possíveis divergências e potencializar aspectos convergentes, que existem entre essas entidades, além de clarificar os limites e as responsabilidades de cada uma dessas instâncias. Essa ação

revela-se bastante interessante pela possibilidade de aproximar o futuro profissional das demandas e inovações do seu campo de intervenção, além de reforçar a responsabilidade social das ações inerentes à sua prática profissional. Afinal, todos os esforços para tornar a formação profissional mais efetiva e qualificada devem encontrar guarida naqueles espaços reconhecidamente responsáveis pela formação superior que são as IES.

ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NA FORMAÇÃO ACADÊMICA

A integração ensino, pesquisa e extensão é uma estratégia importante para materializar a qualidade da formação acadêmica. Para isso, a extensão e a pesquisa devem ser entendidas como princípios educativos próprios da formação acadêmica, e inerentes ao ensino.

Em sendo o ensino a atividade fim da universidade, razão maior da sua existência, torna-se necessário reconhecer que a essência da relação de interdependência que se deseja para o ensino, a pesquisa e a extensão, na graduação, reside em pensar e implementar ações de pesquisa e de extensão como partes integrantes da formação dos estudantes em geral, o que implica o envolvimento efetivo de todos os docentes com o ensino. Para isso se exige o diálogo interdisciplinar e educadores envolvidos com as questões da investigação e das necessidades da sociedade.

Nessa perspectiva, o que se pretende é que o graduando seja orientado para desenvolver ou aprimorar atitude investigativa diante da realidade e para ser consciente do seu papel de agente social, condições imprescindíveis ao seu desenvolvimento técnico-científico e cultural e à sua formação cidadã. O que não significa transferir para a pós-graduação toda a responsabilidade com a formação científica, mas reconhecer a graduação como etapa anterior e indispensável à pós-graduação.

Essa compreensão é ratificada no Plano Nacional de Pós-Graduação, que relaciona entre os objetivos desse nível de formação, permitir aos estudantes “alcançar elevado padrão de

competência científica ou técnico-profissional, impossível de adquirir no âmbito da graduação” (p. 97).

Para que o docente faça um ensino universitário de qualidade é fundamental, ao lado das boas condições de infraestrutura e de salário condizente com as suas responsabilidades e efetiva dedicação ao ensino, o conhecimento geral sobre a sua área de formação, o domínio dos conteúdos da sua disciplina e das interfaces com disciplinas correlatas, o conhecimento geral sobre teorias pedagógicas, sobre metodologias de ensino e de avaliação.

É preciso reafirmar, cotidianamente, o compromisso com a docência, com a sociedade e com a sala de aula, onde o docente atua como mediador principal que intervém, interpreta e constrói o conhecimento com o aluno. Deve também adotar princípios éticos e de co-responsabilidade social como padrões de referência para a docência e para a elevação do conceito social da universidade.

A integração ensino, pesquisa e extensão apresenta-se, sobretudo, como princípio acadêmico da instituição e se fundamenta nos seguintes pressupostos:

- O entendimento de que no contexto da graduação o ensino pode e deve ser gerador de projetos de pesquisa e de extensão e, da mesma forma, a pesquisa e a extensão podem e devem retro-alimentar a formação universitária na sua vertente Ensino;
- A compreensão de que a titulação docente deve estar aliada à qualificação para o ensino;
- O estímulo e a implementação de ações que favoreçam a mobilidade entre os docentes da graduação e da pós-graduação, neutralizando uma tendência de separação, já constatada, nesse campo e diversificando o padrão cultural e científico do corpo docente da instituição;
- O incentivo para que os alunos de graduação se envolvam com projetos de pesquisa, em decorrência de um convívio mais aproximado com os docentes e alunos da pós-graduação, criando a prática da atitude reflexiva e do comportamento investigativo na sala de aula da

graduação, além do incentivo à formação continuada dos graduandos;

- O reconhecimento da interface existente entre as ações acadêmicas e o desenvolvimento regional e nacional;
- A conexão da graduação com o mundo do trabalho e com a inserção profissional dos seus egressos.

AVALIAÇÃO DA GRADUAÇÃO

Entendida como uma tarefa institucional, a avaliação da graduação, de caráter permanente e global, constitui-se em uma importante ação para o planejamento da gestão universitária em todas as suas dimensões e possui um grande significado no redimensionamento dos atuais currículos e da estrutura pedagógica da graduação, frente aos novos desafios educacionais e ao mundo do trabalho.

A avaliação da graduação deve, por essa razão, sinalizar no sentido de identificar e corrigir problemas de maior complexidade institucional, considerando os pontos positivos e as distorções do cotidiano acadêmico, as avaliações externas, a atualização de indicadores acadêmicos de gestão e, ainda, as especificidades dos cursos e a adequação dos mesmos aos padrões de referência nacional e internacional nas diferentes áreas de conhecimento.

Ao possibilitar construir um quadro de referência para estudo das qualidades, potencialidades e problemas identificados na formação universitária, a avaliação configura-se como aliada imprescindível do planejamento institucional e da formação acadêmica de qualidade.

CONCLUSÃO

São inúmeros e complexos os desafios que se apresentam para quem atua na educação superior. Essa realidade impõe a todos os envolvidos a busca de parcerias e o trabalho coletivo como estratégias privilegiadas para superar os entraves e potencializar

os acertos decorrentes das políticas de gestão adotadas pelas instituições.

A graduação, primeira etapa da formação superior e definidora de uma futura identidade profissional, caracteriza-se por possuir uma dinâmica própria, construída nas ações pedagógicas do ensino-aprendizagem de uma determinada área de conhecimento.

Nesse contexto, as práticas educativas desenvolvidas na graduação têm na qualidade a meta a ser sempre alcançada, num empenho permanente e efetivo da comunidade acadêmica para imprimir e consolidar um patamar de excelência cada vez mais alto para a educação superior.

REFERÊNCIAS

DANYLUK, Ocsana Sônia (Org.). **Conhecimento sem fronteiras**. Passo Fundo: UPF Série Publicações da Graduação, 2005.

Fórum de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras/ FORGRAD – resgatando espaços e construindo idéias – 1977 a 2004. 3.ed. ampl. Uberlândia: Edufu, 2004.

GRILO, Eduardo Marçal. **Desafios da educação**: idéias para uma política educativa no século XXI. Lisboa: Oficina do Livro, 2002.

NEIVA, Cláudio Cordeiro. **Temas atuais em educação superior**: proposições para estimular a investigação e a inovação. Brasília: ABMES, 2006.

BRASIL. **Plano Nacional de Pós-Graduação/PNPG – 2005/2010**/ Ministério da Educação. Brasília: CAPES, 2005.

_____. **Plano Nacional de Educação/PNE – Lei nº 10.172/2001**.